



A agricultura familiar na Microrregião de Erechim (RS): uma caracterização a partir do censo agropecuário 2017

Family farming in the Erechim Microregion (RS): a characterization based on the 2017 agricultural census

Zenicleia Angelita Deggerone* 

Resumo

O propósito deste estudo consiste em apresentar o perfil socioeconômico da agricultura familiar da Microrregião de Erechim no estado do Rio Grande do Sul. O trabalho apresenta um caráter exploratório, com viés quali-quantitativo, subsidiado por pesquisa bibliográfica e documental e por informações do banco de dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE. O estudo evidencia que a agricultura familiar é o segmento numericamente mais expressivo no meio rural da Microrregião, demonstrando o predomínio de mão de obra com laços de parentesco, trabalhando nas unidades de produção familiares. Contudo, foi possível constatar que grande parte dos agricultores familiares apresentam baixa escolaridade e idades avançadas, e foi identificado um reduzido número de jovens agricultores como responsáveis pela gestão dos estabelecimentos agropecuários. Apesar dessas limitações, esta categoria social desempenha um papel muito importante na produção agroalimentar e que repercute na reprodução socioeconômica da agricultura familiar nesta Microrregião. Por fim, infere-se que apesar da representatividade desta categoria social, é necessário planejar uma nova geração de políticas públicas para dar condições estruturais para a permanência das famílias e dos jovens no meio rural.

Palavras-chave: agricultores familiares; produção agroalimentar; políticas públicas.

Abstract

The purpose of this study is to present the socioeconomic profile of family farming in the Erechim Microregion in the state of Rio Grande do Sul. The work is exploratory in nature, with a qualitative-quantitative bias that was supported by bibliographical and documentary research and by information from IBGE's 2017 Agricultural Census database. The study shows that family farming is the most numerically significant segment in the rural environment of the Microregion, demonstrating the predominance of labor with kinship ties working in family production units. However, it was possible to see that family farmers have low levels of schooling and advanced ages, besides a small number of young people who are responsible for the management of agricultural

* Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade, Erechim, RS, Brasil. E-mail: zenicleiadeggerone@gmail.com

establishments. However, despite these limitations, this category plays a very important role in agri-food production and has an impact on the socioeconomic reproduction of family farming in this Microregion. Finally, despite the representativeness of this social category, it is necessary to plan a new generation of public policies to provide structural conditions for families and young people to remain in rural areas.

Keywords: family farmers; agri-food production; public policy.

Introdução

A agricultura de base familiar, enquanto modo de vida e de produção, desempenha um papel vital na estrutura rural, sendo uma forma predominante de produção em muitas regiões do Brasil. O levantamento do Censo Agropecuário de 2017, realizado em mais de cinco milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agropecuários foram classificados como de agricultura familiar. Ainda segundo as estatísticas, essa categoria social empregava mais de 10 milhões de pessoas em 2017, o que corresponde a 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, sendo responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa (IBGE, 2019).

Essa categoria, além disso, é caracterizada por ter suas atividades produtivas conduzidas pelo grupo familiar que desempenha o trabalho e a gestão das unidades de produção (Abramovay, 1998). Contudo, ao longo do tempo, essa definição precisou ser ampliada devido à diversidade econômica e à heterogeneidade social que as formas familiares de produção apresentam. Para Schneider (2016), a agricultura familiar pode ser definida como uma forma particular de organização de trabalho e de produção que existe e se reproduz a partir de distintas estratégias produtivas agrícolas e não agrícolas, e em consonância com o contexto social e econômico em que estão inseridos. O autor ainda infere que a reprodução social desse segmento está condicionada por fatores internos que estão relacionados ao modo como as famílias gerem os recursos produtivos (terra, capital, tecnologia, etc.) e tomam decisões de investimento e dispêndio, alocam o trabalho de seus membros e aderem aos valores culturais do grupo a que pertencem (Schneider, 2016).

Desse modo, a importância da agricultura familiar transcende aspectos puramente econômicos, abrangendo dimensões sociais, culturais e ambientais. Além disso, ela desempenha um papel muito importante na produção de alimentos, contribuindo significativamente para a segurança alimentar, a manutenção da identidade cultural de muitas

comunidades rurais, a inclusão social e a geração de empregos, a diversificação da produção agroalimentar e o desenvolvimento rural sustentável (Corrêa da Silva; Cartes Patrício, 2022).

A partir da divulgação dos dados do Censo Agropecuário 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), diferentes estudos sobre a agricultura familiar foram elaborados visando dar destaque às suas dinâmicas, aos seus desafios e às suas contribuições para a sociedade. Essas pesquisas abrangem desde análises econômicas (Carvalho; Almeida; Silva, 2022) e produtivas (Marques; Cruz, 2022; Moura; Campos, 2022) até investigações sobre os impactos sociais e ambientais das práticas agrícolas familiares (Lourenço; Schneider, 2022; Silva; Gazolla; Oliveira, 2022).

Os dados censitários apresentam informações sobre a estrutura fundiária, a produção agropecuária, as práticas agrícolas e os desafios enfrentados pelos agricultores familiares. Esses registros que são levantados pelo IBGE são fundamentais para orientar ações governamentais e programas de assistência técnica e para subsidiar decisões estratégicas que visam promover a sustentabilidade, a adaptação e o crescimento econômico desse segmento no meio rural.

Tendo em vista a importância da agricultura familiar para o país, os dados do Censo Agropecuário constituem-se em importante instrumento para a formulação de políticas agrícolas e para a implementação de estratégias de desenvolvimento rural. Desse modo, esta pesquisa procura analisar a situação da agricultura familiar na Microrregião de Erechim, que é formada por 30 municípios, localizados na porção norte do Rio Grande do Sul, e tem como característica primordial a histórica presença da agricultura familiar na constituição desse território (Deggerone, 2021; Piran, 2001; Seminotti, 2014; Zanella, 2004; 2022).

Para compreender a importância da agricultura familiar nessa Microrregião, as questões orientadoras deste estudo procuraram responder: Quais são as características dessa categoria social? Quais são os desafios enfrentados por esse segmento para garantir sua reprodução socioeconômica?

Na expectativa de contribuir com os estudos já realizados sobre essa categoria social na região do Alto Uruguai Gaúcho, o artigo busca apresentar o perfil socioeconômico da agricultura familiar na Microrregião de Erechim, Rio Grande do Sul, usando como referência os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE.

Para dar resolução às questões acima, o texto está organizado em três seções, além desta Introdução. Na seção dois, é apresentado um breve panorama da área de estudo e

esclarecida a metodologia utilizada na seleção e na tabulação das variáveis de análise da pesquisa. A seção três reúne os resultados gerados a partir das estatísticas descritivas e, em seguida, realiza-se uma caracterização da agricultura familiar no recorte espacial proposto. Já a última seção é dedicada às considerações sobre essa categoria social e de trabalho.

Elementos Metodológicos

Os dados secundários utilizados para traçar o perfil e retratar as características socioeconômicas da agricultura familiar na Microrregião de Erechim são provenientes do último Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2017/2018, mas cuja data de referência é 30 de setembro de 2017.

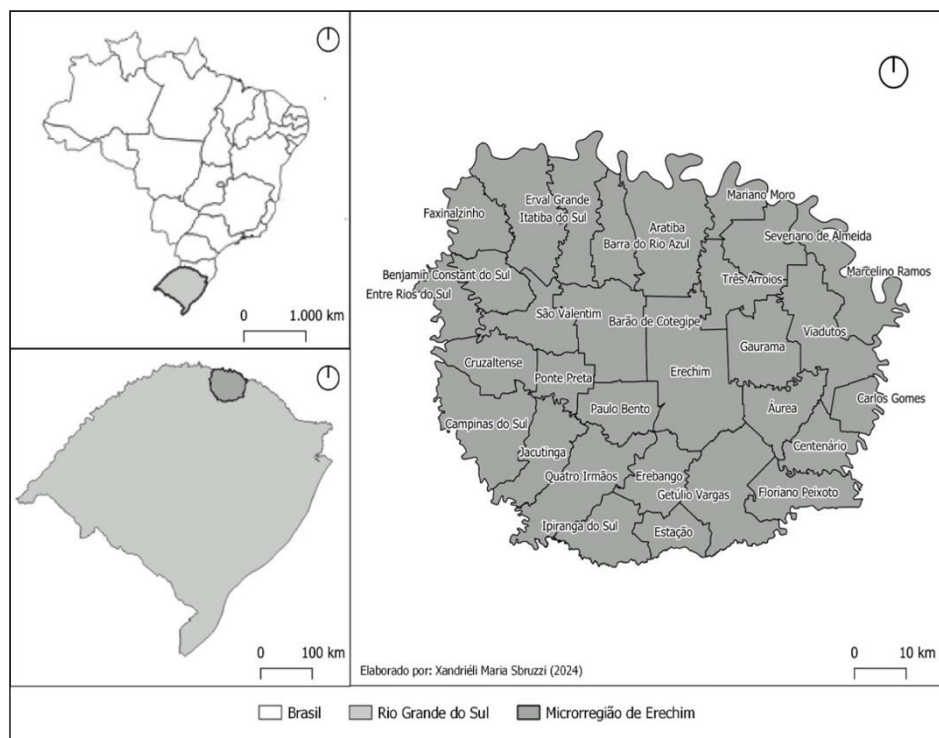
A Microrregião de Erechim (Figura 1) está localizada na região Norte do Rio Grande do Sul e é formada pelos municípios de Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos, totalizando 30 municípios.

O estudo sobre esta Microrregião apresenta um caráter exploratório com abordagem quali-quantitativa (Gil, 2020), tendo por base as informações sistematizadas dos estabelecimentos agropecuários cadastrados no Censo Agropecuário de 2017, disponibilizadas no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA (IBGE, 2019).

O Censo de 2017 identificou um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019) no Brasil, sendo 3.897.408 (76,8% do total) classificados como de agricultura familiar, considerando os seguintes critérios previstos na Lei nº 11.326, de 2006 e no Decreto nº 9.064, de 2017: o limite do tamanho da área do estabelecimento agropecuário, medido em módulos fiscais; a predominância da força de trabalho familiar no processo produtivo e da geração da renda; a fonte da renda familiar oriunda das atividades econômicas realizadas no estabelecimento ou empreendimento; e a gestão do estabelecimento ser de responsabilidade estritamente familiar. Por exclusão, os estabelecimentos não enquadrados simultaneamente nos critérios descritos são classificados como “não familiares” (constituídos por unidades de mais de quatro

módulos fiscais, em que a força de trabalho é predominantemente assalariada, e que são dirigidos por administradores ou capatazes).

Figura 1 – Microrregião de Erechim – RS/Brasil: localização geográfica dos municípios, 2017



Fonte: Sbruzzi (2024).

Uma vez identificados os dois grupos de produtores, foram selecionados e extraídos os dados estatísticos na plataforma do SIDRA, os quais foram sistematizados em tabelas e gráficos. As variáveis selecionadas para compor o perfil dos agricultores familiares e dos não familiares foram: número de estabelecimentos; área ocupada; pessoal ocupado; classes de idade; escolaridade; acesso ao crédito, à assistência técnica e à extensão rural (ATER); declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (DAP); produção de lavouras permanentes, temporárias, pecuária; valor total da produção (VTP), receitas e outras rendas provenientes de aposentadorias e políticas sociais do governo.

No processo de análise, os resultados foram organizados em tabelas e gráficos – e separados por tipos de agricultura – e, posteriormente, foram analisados com a finalidade de apresentar o retrato atualizado do conjunto da agricultura familiar da Microrregião de Erechim, estado do Rio Grande do Sul.

Resultados e discussões: perfil socioeconômico da agricultura familiar da Microrregião de Erechim-RS

Dimensões da agricultura familiar e aspectos do acesso à terra

O Censo Agropecuário de 2017 identificou 365 mil estabelecimentos agropecuários em todo o estado do Rio Grande do Sul que se dedicam à produção de alimentos, fibras e matérias-primas em 21,7 milhões de hectares. Entre o quantitativo de estabelecimentos agropecuários do estado gaúcho, a Microrregião de Erechim possui 89,98% das unidades produtivas pertencentes à categoria social da agricultura familiar. O segmento não familiar apresenta 10,02% das unidades de produção que desenvolvem atividades agropecuárias.

Nessa Microrregião, o percentual de pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares é de 86,81%, envolvendo 32.905 pessoas (Tabela 1). A categoria não familiar tem envolvido cerca de 13,19%, totalizando apenas 5.001 pessoas.

Tabela 1 – Microrregião de Erechim – RS: número, área (ha) e pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários (2017)

Tipo de agricultura	Estabelecimentos		Área (ha)		Pessoal ocupado	
	Número	%	Número	%	Número	%
Familiar	14.019	89,98	287.952	65,89	32.905	86,81
Não familiar	1.561	10,02	149.060	34,11	5.001	13,19
Total	15.580	100,00	437.012	100,00	37.906	100,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nas tabelas 6778, 6882 e 6884 do IBGE (2019d, 2019g, 2019h).

Além da ocupação e da geração de postos de trabalho, os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam uma área maior (65,89 % do total) que a ocupada pelos estabelecimentos de agricultura não familiar (34,11% da área). Contudo, a área média dos estabelecimentos de agricultura familiar é de apenas 20,54 hectares, enquanto a dos não familiares é de 95,49 hectares de terra, o que revela certa concentração fundiária no território.

Para ampliar a compreensão sobre a estrutura de porte e sobre os tamanhos dos estabelecimentos agropecuários, a Tabela 2 apresenta o número de estabelecimentos por grupos de área total. Na Microrregião de Erechim, 23,74% do total de estabelecimentos agropecuários pertencentes à agricultura familiar possui até 10 hectares; 35,33 % apresentam entre 10 a menos de 20 ha; 33,63% têm entre 20 a menos de 50 ha; e apenas 7,3% dos estabelecimentos agropecuários classificados como familiares têm entre 50 e 100 hectares (Tabela 2).

Tabela 2 – Microrregião de Erechim – RS: número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (2017)

Grupos de áreas (ha)	Número de estabelecimentos			
	Familiar		Não Familiar	
	Nº. de estabelecimentos	%	Nº. de estabelecimentos	%
De 0,1 a menos de 10	3.328	23,74	481	30,81
De 10 a menos de 20	4.953	35,33	227	14,54
De 20 a menos de 50	4.715	33,63	124	7,94
De 50 a menos de 100	1.023	7,30	197	12,62
De 100 a menos de 200	-	-	341	21,84
De 200 a menos de 500	-	-	152	9,74
De 500 a menos de 1.000	-	-	28	1,79
De 1.000 a menos de 2.500	-	-	10	0,64
De 2.500 a menos de 10.000	-	-	1	0,06
Total	14.019	100,00	1.561	100,00

Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela 6754 do IBGE (2019a).

Entre os estabelecimentos agropecuários classificados como não familiares, constatou-se que cerca de 30,81% possuem até 10 hectares. Logo, os estabelecimentos que têm entre 10 e 50 hectares reúnem cerca de 35,1% do total de estabelecimentos. E, entre aqueles que possuem entre 100 e 10.000 ha, a Microrregião concentra 34,07% das unidades produtivas.

Essas informações permitem fazer duas considerações importantes. A primeira está relacionada à predominância de estabelecimentos agropecuários classificados como familiares, quando é possível conferir que 89,98% das unidades produtivas são geridas por agricultores familiares.

Essa condição está atrelada à ocupação territorial da região, quando os lotes constituídos por 25 hectares foram comercializados às famílias de colonos migrantes e imigrantes (majoritariamente descendentes de alemães, italianos e poloneses) que chegaram à região no início do século XX, com a fundação da Colônia Erechim (Piran, 2001). Ainda associada a essa característica, Piran (2001) destaca que a Microrregião apresenta um relevo acidentado e os solos menos propícios à mecanização. Essas particularidades, na visão do autor, possibilitaram que a agricultura familiar encontrasse um refúgio, não no sentido de estar livre do domínio capitalista, mas como um lugar que possibilitasse a sua manutenção, restringido a homogeneização dessa categoria social (Piran, 2001).

A segunda característica identificada está associada à concentração de estabelecimentos agropecuários que apresentam até 10 hectares entre a agricultura não familiar. Esse resultado pode estar associado à fragmentação dos lotes rurais para serem utilizados como áreas de lazer (sítios, chácaras), investimentos na prestação de serviços (restaurantes, pousadas, etc.) ou em novas atividades produtivas agropecuárias por pessoas que residem no meio urbano (Silva, 2002; Silva; Grossi, 2002; Aun; Norder; Fagundes, 2020). Essas pessoas que passaram a investir no meio rural têm recebido a denominação de novos rurais ou neorrurais.

De acordo com Aun, Norder e Fagundes (2020), os neorrurais são procedentes de centros urbanos que buscam promover uma reocupação do espaço rural, desenvolvendo atividades econômicas agrícolas e/ou não agrícolas, com ou sem histórico de vida rural e que estabelecem habitação principal ou secundária no campo. Adicionalmente, esse movimento para autores possui motivações que vão além do âmbito econômico, como a busca de um ambiente agradável e saudável, a reconstrução da sociabilidade e um novo estilo de vida.

Na Microrregião de Erechim, os dados do Censo Agropecuário 2017 revelaram que existem 339 estabelecimentos agropecuários em que o(a) proprietário(a) não reside nesse espaço e nos quais a principal renda não é proveniente de atividades exercidas nessa unidade produtiva (IBGE, 2019c). Essas informações adicionais permitem inferir que parte dos 30,81% dos estabelecimentos agropecuários não familiares pode ser de neorrurais. Esses moradores têm ocupado áreas inferiores a 10 hectares que estão localizadas principalmente no entorno de rodovias pavimentadas (RS 420, RST 480, RS 135, BR 153), próximos a rios e lagos, e também nas adjacências dos centros urbanos de Erechim, Barão de Cotegipe, Aratiba, Gaurama, Marcelino Ramos, Entre Rios, Paulo Bento e Três Arroios.

Perfil socioeconômico dos agricultores familiares

Em relação às condições sociais que predominam na agricultura familiar na Microrregião de Erechim, os dados permitem traçar um perfil das pessoas responsáveis pelos estabelecimentos recenseados, evidenciando algumas das heranças históricas da formação sociocultural e econômica na região (Tabela 3).

Tabela 3 - Microrregião de Erechim – RS: perfil dos responsáveis dos estabelecimentos familiares (2017)

Classe de idade do produtor	Número	%
Menor de 25 anos	161	1,15
De 25 a menos de 35 anos	761	5,43
De 35 a menos de 45 anos	1.744	12,44
De 45 a menos de 55 anos	3.648	26,02
De 55 a menos de 65 anos	4.270	30,46
De 65 a menos de 75 anos	2.556	18,23
De 75 anos e mais	879	6,27
Escolaridade		
Alfabetização de jovens e adultos (AJA)	20	0,15
Ensino Fundamental (1º ao 4º Ano)	5.689	41,63
Ensino Fundamental (5º ao 9º Ano)	5.332	39,02
EJA (Educação de jovens e adultos) / Supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º Grau	60	0,44
Ensino Médio	1.895	13,87
Ensino Médio Técnico	244	1,79
EJA (Educação de jovens e adultos) Supletivo do Ensino Médio ou do 2º Grau	37	0,27
Superior – Graduação	370	2,71
Mestrado ou Doutorado	19	0,14

Fonte: Elaborado pela autora com base nas tabelas 6755 e 6781 do IBGE (2019b, 2019f).

A primeira característica está associada ao envelhecimento dos agricultores familiares, quando se constata que mais de 54% dos estabelecimentos são chefiados por pessoas com mais de 55 anos. Do ponto de vista da distribuição por faixas etárias, fica em evidência um grande desafio em relação à sucessão geracional nos estabelecimentos de agricultura familiar, isso porque apenas 6,58% dos responsáveis pelos estabelecimentos possuem até 35 anos de idade.

Outro limite explicitado na Tabela 3 é em relação ao quadro de escolarização da agricultura familiar, considerando que 41,63% dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários possuem apenas o Ensino Fundamental, índice que é seguido pela marca de 39,02% de produtores(as) que concluíram o Ensino Fundamental. Os responsáveis pelas unidades produtivas familiares que apresentam Ensino Médio completo correspondem a 15,93%. Já aqueles que têm curso superior (graduação), mestrado ou doutorado constituem um grupo de apenas 2,85%.

Esse patamar de uma baixa escolaridade entre os agricultores familiares talvez possa ser justificado pela menor disponibilidade de acesso aos sistemas escolares dentro

das áreas rurais nessa Microrregião. Isso se justifica em razão de que, quando da inexistência de escolas próximas às propriedades rurais, o abandono escolar ainda no Ensino Fundamental era comum para muitas crianças e jovens das gerações que nasceram antes das décadas de 1970 e 1980.

Nesse cenário, cabe destacar que a desistência dos jovens na continuidade das atividades agropecuárias nas unidades familiares tem ocasionado a redução da população rural e a migração desse contingente para as cidades. Os jovens vão em busca da continuidade dos estudos (ensino superior, principalmente) e/ou de uma ocupação profissional que lhes permita estudar e trabalhar em algo que é diferente daquilo que fazem seus pais e familiares que residem no meio rural.

Entre os estudos realizados sobre sucessão geracional, muitos pesquisadores (Deggerone, 2014; Cenci; Deggerone, 2016; Monteiro; Mujica, 2022; Zanella, 2022) têm sido enfáticos em afirmar que a possibilidade de os filhos darem continuidade à profissão dos pais é decorrente de um conjunto de fatores associados ao acesso à escolarização, à cultura, à infraestrutura e à socialização do trabalho através da participação dos jovens nas decisões e na gestão dos estabelecimentos familiares. Esses aspectos revelaram-se como elementos importantes para que os jovens permaneçam estudando, morando e trabalhando no meio rural.

Ainda no que concerne à escolaridade, a baixa formação dos agricultores familiares reflete também nas relações institucionais com as organizações representativas da categoria social. No que se refere ao acesso ao crédito (Tabela 4), apurou-se que 90% dos agricultores familiares acessaram o crédito agrícola para desenvolver as atividades agropecuárias. Esse resultado está muito acima da média nacional para os estabelecimentos da agricultura familiar (15,4% tiveram acesso a financiamento) do Pronaf.

Os investimentos realizados com os recursos do Pronaf foram utilizados por 59,84% dos estabelecimentos agropecuários para produção de lavouras temporárias, 36,85% na pecuária e criação de outros animais, 2,69% em lavouras permanentes e apenas 0,63% na horticultura e floricultura. Esse resultado revela que os agricultores familiares dessa Microrregião têm investido na produção agropecuária voltada à produção de grãos, de carnes (aves, suínos, bovinos) e de leite.

Tabela 4 – Microrregião de Erechim – RS: acesso ao crédito, à assistência técnica e à extensão rural (ATER) e declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) – Agricultores Familiares (2017)

Variável e categoria de estratificação	Número	%	
Crédito	Acesso ao crédito	6.548	90,73
	Produção de lavouras temporárias	4.100	59,84
	Horticultura e floricultura	43	0,63
	Produção de lavouras permanentes	184	2,69
	Pecuária e criação de outros animais	2.525	36,85
ATER	Recebe	9.018	64,33
	Não recebe	5.001	35,67
DAP	Possui	9.044	66,76
	Não possui	4.503	33,24

Fonte: Elaborado pela autora com base nas tabelas 6771, 6778, 6780 e 6896 do IBGE (2019c, 2019d, 2019e, 2019i).

Esses resultados identificados na Microrregião de Erechim são similares aos apurados por Gazolla e Schneider (2013) quando analisaram a utilização dos recursos financiados pelo Pronaf na região Sul do Brasil. Os autores verificaram que os agricultores estavam investindo na produção de *commodities* e que isso estava acarretando a mercantilização das unidades familiares e a especialização produtiva das atividades agropecuárias. Da mesma forma, Carvalho, Almeida e Silva (2022), ao avaliarem a utilização do crédito na região Sul do Brasil, constataram que nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a maior parte dos recursos tem sido destinada ao custeio de atividades agrícolas, com poucos recursos sendo reservados às atividades de comercialização e industrialização dos produtos alimentares.

Esses resultados implicam, para a agricultura familiar, a adoção de mercados do tipo convencionais e territoriais (Deggerone, 2021), com a adoção de canais de comercialização do tipo indiretos. Essa configuração acaba reduzindo as opções de escolha dos agricultores familiares, haja vista que a oferta dos produtos agrícolas e pecuários será realizada para os canais de venda que se especializaram na compra e na industrialização das matérias-primas.

Em relação à ATER, verifica-se que, na Microrregião, cerca de 64,33% dos agricultores familiares possuem acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural que são fornecidos por instituições públicas, associações, cooperativas e organizações privadas. Apesar de mais da metade dos agricultores familiares dessa Microrregião terem

acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural, verifica-se que esse percentual ainda é baixo quando comparado com o número de agricultores familiares que tiveram acesso à escolarização e apresentam apenas o Ensino Fundamental como período escolar.

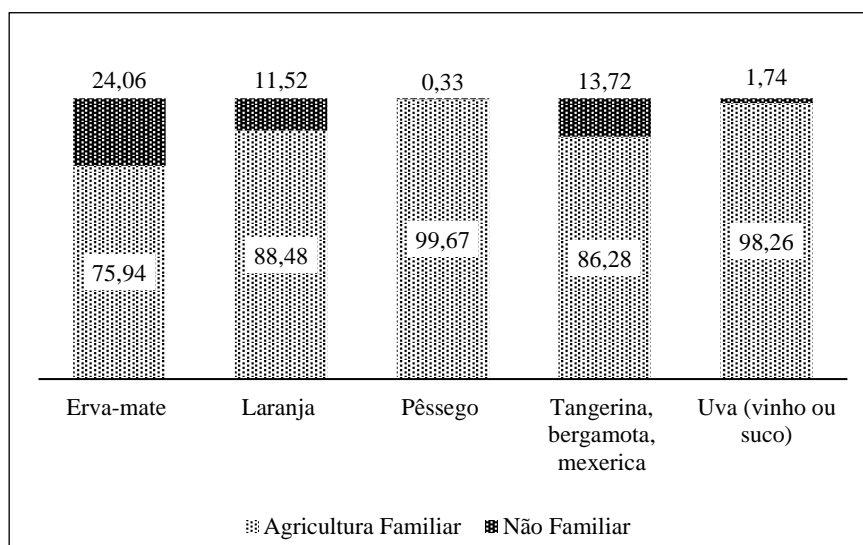
Pontua-se que nessa Microrregião os serviços de assistência técnica e de extensão rural públicos não dão conta de atender à demanda existente, e isso, nos últimos anos, tem se agravado, haja vista a falta de infraestrutura e quadro humano atuante em todo o estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, o acesso aos serviços técnicos e de extensão rural poderia suprir uma lacuna muito importante em relação à construção do conhecimento com os agricultores familiares, uma vez que esses serviços possibilitam a melhoria da produtividade, a adoção de práticas sustentáveis, a diversificação de culturas, a formação e o. Além disso, possibilitaria à agricultura familiar uma adaptação a questões concernentes a mudanças climáticas, avanços tecnológicos e outras transformações no setor agroalimentar.

Entre os agricultores familiares recenseados, 66,76% dos responsáveis pelos estabelecimentos possuem a DAP, que é o principal instrumento de financiamento desse segmento no Brasil, além de ser uma exigência para acesso a outros programas de comercialização da agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entretanto, pontua-se que pode haver divergências entre os resultados apurados pelo recenseamento, pois mais de 90% dos estabelecimentos agropecuários acessam os recursos do Pronaf, mas apenas um pouco mais da metade (66%) possuem a DAP. E nesse caso, o acesso aos recursos do Pronaf somente acontecem mediante a apresentação dessa declaração, a qual é emitida pelas organizações sindicais ou pela instituição que presta serviços públicos de assistência técnica e extensão rural.

Produção agropecuária e fontes de renda

A agricultura familiar está presente de forma marcante na Microrregião de Erechim-RS. Os resultados indicam que a Microrregião tem produzido cerca de 39.631 toneladas de erva-mate, 32.467 t de laranja, 609 t de pêssego, 2.654 t de tangerina e 2.705 t de uva para ser industrializada (IBGE, 2019m). No cômputo geral (Figura 2), a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de erva-mate (75,94%), laranja (88,48%), pêssego (99,67), tangerina (86,28) e da produção de uva (98,26).

Figura 2 – Microrregião de Erechim – RS: participação da agricultura familiar e não familiar na produção de culturas permanentes (2017)



Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela 6955 do IBGE (2019o).

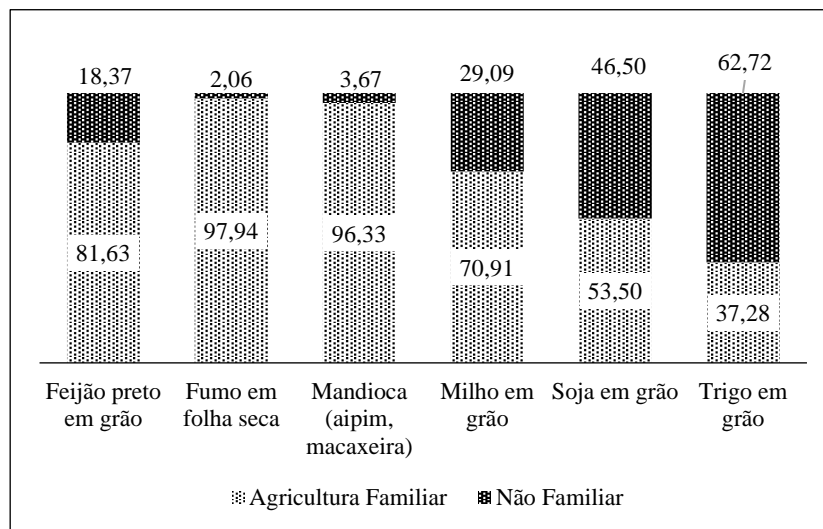
* Os valores foram pesquisados em toneladas e transformados em percentagem (%).

Entre os produtos da lavoura permanente, é importante salientar que a erva-mate é um produto nativo e que desde o início da ocupação do território da Microrregião, contribuiu para o desenvolvimento regional, através da extração, produção e industrialização em alguns municípios da Microrregião. Já as videiras foram incorporadas no território pelas famílias de migrantes e imigrantes italianos que passaram a cultivar e a industrializar o suco da uva, vinho, vinagre e outros derivados, de modo artesanal nas unidades produtivas (Piran, 2001).

Em relação aos produtos da lavoura temporária (Figura 3), a Microrregião contribui expressivamente na produção de feijão preto (1.617 t), tabaco (1.652 t), mandioca (3.241 t), milho (462.910 t), soja (643.413 t) e trigo (94.026 t) (IBGE, 2019n). A agricultura familiar lidera o protagonismo em relação à produção de feijão (81,63%), fumo (97,94%), mandioca (96,33%), milho (70,91) e soja (53,50%). A agricultura patronal, por sua vez, é responsável por 62,72% da produção de trigo na Microrregião de Erechim, conforme os dados apresentados pelo Censo do IBGE.

A Microrregião também apresenta uma expressiva produção pecuária que possui relação com o seu processo sócio-histórico de ocupação e desenvolvimento (Deggerone, Schneider, 2022). A produção de grãos (milho e trigo) e a pecuária (suínos), de acordo com os autores, foram responsáveis pelo processo de transição do sistema produtivo colonial para a intensificação da agricultura de base familiar (Deggerone, Schneider, 2022).

Figura 3 – Microrregião de Erechim – RS: participação da agricultura familiar e não familiar na produção de culturas temporárias (2017)

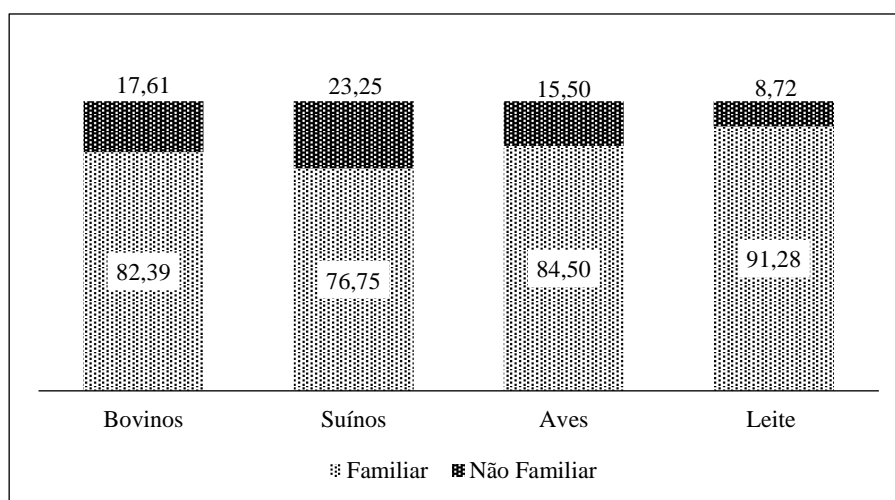


Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela 6957 do IBGE (2019p).

* Os valores foram pesquisados em toneladas e transformados em porcentagem (%).

No tocante à pecuária, pode-se verificar nos dados do Censo Agropecuário de 2017 que a Microrregião possuía 232.158 cabeças de bovinos, 528.698 cabeças de suínos, 9.630.006 cabeças de aves e 2.39.733.000 litros de leite (IBGE, 2019l). E dentre esses registros, os agricultores familiares lideram também a produção de bovinos (82,39%), suínos (76,75%), aves (84,50%) e leite (91,28%) (Figura 4).

Figura 4 – Microrregião de Erechim – RS: participação da agricultura familiar e não familiar na produção pecuária (2017)



Fonte: Elaborado pela autora com base nas tabelas 6907 e 6912 do IBGE (2019m, 2019n).

* Os valores foram pesquisados em número de cabeças (bovinos, suínos, aves) e litros (x1000) e transformados em porcentagem (%).

Esses resultados refletem a representatividade que a agricultura familiar possui nesta Microrregião, uma vez que 89,98% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a essa categoria social. De acordo com Deggerone e Schneider (2022), a expressiva produção agroalimentar tem relação com as condições estruturais das unidades de produção familiares, proporcionadas pelo acesso aos recursos do Pronaf e aliadas às inovações que garantiram o aumento da produção agroalimentar.

A capacidade produtiva da agricultura familiar da Microrregião também incide sobre o valor total da produção (VTP) obtido nos estabelecimentos agropecuários. A Tabela 4 apresenta o valor total da produção dos estabelecimentos familiares e não familiares, o número de estabelecimentos que registraram produção em 2017 e o valor médio da produção.

Tabela 4 – Microrregião de Erechim – RS: valor total da produção (VTP), número de estabelecimentos com produção e valor médio obtido VTP pelos estabelecimentos familiares e não familiares (2017)

Tipo de agricultura	Estabelecimentos com produção		Valor Total da Produção (VTP)		Média do VTP
	Número	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
Familiar	13.764	90,36	1.145.331.000,00	66,29	83.212,07
Não familiar	1.469	9,64	582.543.000,00	33,71	396.557,52

Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela 6898 do IBGE (2019j).

A agricultura familiar nessa Microrregião é responsável por 66% do valor total da produção gerada nos estabelecimentos agropecuários. Cada unidade de produção familiar tem gerado em média R\$ 83.212,07 por ano. Por outro lado, a agricultura patronal, por apresentar um menor número de estabelecimentos agropecuários, registrou um valor médio de produção de R\$ 396.557,52 por ano em cada unidade produtiva.

Quanto à composição da renda dos agricultores familiares, a Tabela 5 indica que 84,39% desse valor é obtido nos estabelecimentos, com a receita da produção agropecuária[†], destacando-se a venda de animais e seus produtos, enquanto as outras fontes de renda obtidas fora dos estabelecimentos correspondem a 15,61% do total, com destaque para a previdência social rural[‡].

[†] A receita do estabelecimento agropecuário considera apenas o valor dos produtos e serviços comercializados, ou seja, não considera o valor total da produção nem agrega o valor dos produtos e serviços para autoconsumo ou subsistência das famílias e do próprio estabelecimento.

[‡] A receita do estabelecimento agropecuário considera apenas o valor dos produtos e serviços comercializados, ou seja, não considera o valor total da produção nem agrega o valor dos produtos e serviços para autoconsumo ou subsistência das famílias e do próprio estabelecimento.

Tabela 5 – Microrregião de Erechim – RS: receitas dos estabelecimentos agropecuários e outras fontes de renda dos agricultores familiares (2017)

Tipos e fontes de renda	Valor (mil R\$)	%
Receitas da produção do estabelecimento	881.098,00	84,39
Receitas - Produção vegetal	507.115,00	57,55
Receitas - Produção animal	355.870,00	40,39
Receitas - Produtos da agroindústria familiar	18.113,00	2,06
Outras receitas do estabelecimento	162.976,00	15,61
Outras receitas - Recursos de aposentadorias ou pensões	137.139,00	84,15
Outras receitas do produtor - Rendas obtidas fora do estabelecimento	25.837,00	15,85

Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela 6901 do IBGE (2019I).

Os dados demonstram que as unidades familiares de produção têm como maior fonte de renda os ingressos provenientes da comercialização da produção agroalimentar. Os registros do Censo Agropecuário (IBGE, 2019n) evidenciam que cerca de 13.129 estabelecimentos agropecuários familiares informaram que comercializam a produção gerada nas unidades produtivas.

Em relação a essas características, Schneider e Cassol (2017) enfatizam que a agricultura familiar da região Sul se apresenta mais inserida na dinâmica econômica, devido à maior proporção de estabelecimentos especializados e com várias fontes de receita. De modo complementar, Deggerone e Schneider (2022) enfatizam que essa particularidade mercantil dos agricultores familiares dessa Microrregião decorre de um conjunto de disputas e complementariedades que geraram um processo de adaptação dos agricultores familiares à dinâmica mercadológica.

Essa trajetória, de acordo com os pesquisadores, foi influenciada pela atuação do Estado na criação de mecanismos institucionais através das políticas públicas de crédito e de comercialização, para que ocorressem a modernização das atividades produtivas e o crescimento da produção agroalimentar. Essas condições contribuíram para ampliar o processo de comercialização dos agricultores familiares (Deggerone, Schneider, 2022), seja atuando em mercados de proximidade social (feiras, entregas a domicilio, grupos de consumo), seja em contextos territoriais (vendas em feiras regionais, lojas especializadas de agricultores, cooperativas da agricultura familiar, agroindústrias familiares), institucionais (PAA e PNAE) ou convencionais (cooperativas de grande porte, intermediários, agroindústrias, supermercados, etc.) (Deggerone, 2021; Schneider, 2016).

Esse dinamismo da agricultura familiar na Microrregião de Erechim demonstra que a reprodução social e econômica dessa categoria social está relacionada a um determinado modelo de produção, que, por sua vez, associa-se à produção de *commodities* (milho, soja, aves, bovinos e leite) e de outras atividades produtivas direcionadas ao autoprovisionamento e à complementação da renda do grupo familiar, através dos circuitos curtos de comercialização.

Contudo, ainda que os dados do Censo Agropecuário identifiquem que a renda proveniente da previdência rural gira em torno de 15,61%, um estudo realizado por Zanella e Rocha (2020) constatou que nos municípios de pequeno porte dessa Microrregião os benefícios previdenciários injetam valores superiores ao que é repassado pela União através do fundo de participação dos municípios (FPM). Adicionalmente, os benefícios previdenciários rurais contribuem com a renda no campo e têm promovido melhorias na qualidade de vida das famílias rurais e no desenvolvimento econômico e social dos municípios com baixos índices populacionais (Zanella; Rocha, 2020).

Conclusão

A agricultura familiar nesta Microrregião desempenha um papel muito importante na produção agroalimentar além de garantir a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares através da inserção em diferentes tipos de mercados. Entre as principais características identificadas nessa região, essa categoria é responsável pela maior parte da produção agroalimentar produzida e comercializada por cerca de 13.129 estabelecimentos agropecuários em mercados de proximidade, territoriais, convencionais e institucionais.

Constatou-se também que cerca de 90% dos estabelecimentos agropecuários têm utilizado os recursos provenientes do Pronaf para financiar atividades produtivas relacionadas à produção de grãos e à pecuária, com destaque para a produção de carnes (aves, bovinos e suínos) e de leite. E para desenvolver essas atividades, cerca de 64,33% dos(as) agricultores(as) têm recebido os serviços de assistência técnica e extensão rural que são prestados por diferentes instituições.

Entretanto os dados estatísticos revelaram que essa categoria social tem encontrado algumas limitações que compreendem a baixa escolaridade dos responsáveis

pelos estabelecimentos agropecuários e o envelhecimento dos(as) agricultores(as), uma vez que a maioria tem idades superiores a 55 anos de idade. Complementarmente, apenas 6,58% dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários têm até 35 anos de idade.

Nesse cenário, no entanto, apesar de a agricultura familiar apresentar excelentes perspectivas produtivas e comerciais, os dados revelaram problemas sociais/culturais que podem comprometer a manutenção dessa categoria social nessa Microrregião. A baixa escolaridade dos agricultores e o reduzido número de jovens entre os possíveis sucessores geracionais são fatores que tendem a comprometer o desenvolvimento dos trinta municípios que integram a Microrregião.

Desse modo, enfatiza-se que uma possibilidade para minimizar esses problemas seria a implementação de políticas públicas estruturantes direcionadas à inclusão social e produtiva de famílias e jovens do meio rural. Esse fomento trabalharia desde a orientação técnica para o desenvolvimento de atividades produtivas mais sustentáveis até o acesso ao crédito subsidiado para a aquisição de imóveis rurais, equipamentos, construção de residências; a adoção de estratégias para reduzir os efeitos das mudanças climáticas; a promoção de qualificação/formação técnico-produtiva; e a discussão de questões voltadas propriamente à sucessão geracional nas unidades familiares de produção.

Contudo, a dinâmica produtiva identificada nessa Microrregião é marcada por agricultores familiares desenvolvendo sistemas agrícolas e pecuários voltados à produção de grãos e de proteína animal e por outros que implementam sistemas produtivos diversificados direcionados à produção de alimentos para abastecer os centros urbanos. Contudo, uma característica comum desses estilos de agricultura (Ploeg, 2016) é a adoção de tecnologias 4.0 aplicadas ao setor agroalimentar no meio rural. Por isso, faz-se necessário planejar e implementar uma nova geração de políticas públicas que garantam condições estruturais para a permanência das famílias e dos jovens no meio rural e para o investimento desses grupos familiares na produção de alimentos diversificados.

Por fim, enfatiza-se que novas pesquisas na área são necessárias para ampliar os resultados apresentados neste ensaio. Isso se justifica em razão de que existem especificidades municipais que necessitam ser exploradas, procurando abordar temas como organização coletiva, construção social de mercados, juventude rural, agroindustrialização, agroecologia, pluriatividade, pobreza rural, etc. Sendo assim,

detalhados levantamentos de campo podem gerar conhecimentos importantes com o potencial para auxiliar os gestores públicos e as organizações sindicais rurais a direcionar suas ações a partir de diagnósticos mais precisos baseados em evidências científicas.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1998.

AUN, N. J.; NORDER, L. A. C.; FAGUNDES, G. G. A atuação de populações neorurais em atividades sustentáveis: um estudo de caso do grupo "Orgânicos da Mantiqueira". **RURIS** (Campinas, Online), v. 12, n. 1, p. 37-62, 2020.
DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v12i1.2918>

CARVALHO, L. V.; ALMEIDA, R. B. de; SILVA, J. G. da. Análise dos financiamentos para a agricultura familiar na região sul e seus estados. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, n. ed. esp. Dossiê, p. 89–116, 2022.
DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3928> Disponível em:
<https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3928>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CENCI, D.; DEGGERONE, Z. A. Caminhos e condições para sucessão na agricultura familiar. In: BERTO, J. L.; AMES, M. A. C. (ed.). **Jovens na agricultura familiar: gestão e inovação para a sustentabilidade**, Curitiba: CRV, p. 95-101, 2016.

CORRÊA DA SILVA, H. B.; CARTES PATRÍCIO, C. (org.). **Fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável - Cooperativismo, ATER e pesquisa agropecuária, e ATER digital pós-COVID-19**. Brasília: FAO, SEAB/PR e IAPAR EMATER, 2022.

DEGGERONE, Z. A. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado. 2014.
Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/-/core/bitstreams/2d5b3970-ceb1-4124-884d-5f29adadb66/content>. Acesso em: 10 abr. 2024.

DEGGERONE, Z. A. **Caracterização dos mercados agroalimentares no Alto Uruguai-RS: um estudo sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar em Aratiba-RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232595#> Acesso em: 10 abr. 2024.

DEGGERONE, Z. A.; SCHNEIDER, S. O processo de mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai-RS. **Revista Grifos**, v. 31, n. 56, p. 07-34, 2022. Disponível:
<https://doi.org/10.22295/grifos.v31i56.6596> Acesso em: 10 abr. 2024.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45–68, jan. 2013.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000100003>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Resultados Definitivos 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6754**: Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total. 2019a.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6754> . Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6755**: - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por tipologia, sexo do produtor, escolaridade do produtor, conclusão do curso que frequentou, cor ou raça do produtor e classe de idade do produtor. 2019b.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6755>. Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário – Tabela 6771**: Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal do produtor, existência de CNPJ, produtor possui DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) e direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário. 2019c.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6771> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6778**: Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, existência de energia elétrica, condição do produtor em relação às terras, residência da pessoa que dirige o estabelecimento, grupos de atividade econômica e grupos de área total. 2019d.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6780**: Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, origem da orientação técnica recebida, grupos de atividade econômica e grupos de área total. 2019e.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6780> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6781**: Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelo estabelecimento, sexo do produtor, condição do produtor em relação às terras, classe de idade do produtor e escolaridade do produtor. 2019f.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6781> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6882**: Número de estabelecimentos agropecuários com área e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, utilização das terras, classe de idade do produtor, cor ou raça do produtor e grupos de área total. 2019g.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6882> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6884**: Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado, Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor e Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor, por tipologia, sexo, faixas de idade, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica. 2019h.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6884> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6896**: Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, por tipologia, finalidade do financiamento, condição do produtor em relação às terras, agente financeiro responsável pelo financiamento, grupos de atividade econômica e grupos de área total. 2019i.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6896> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6898**: Número de estabelecimentos agropecuários com produção e Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, tipo de produção, classes de valor da produção e grupos de área total. 2019j.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6898> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6901**: Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas ou com outras rendas do produtor e Valor das receitas ou rendas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, receitas do estabelecimento e outras rendas do produtor, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica. 2019l.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6901> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6907**: Número de estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária e Número de cabeças, por tipologia, espécie da pecuária e condição do produtor em relação às terras. 2019m. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6907> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6912**: Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca, Vacas ordenhadas nos estabelecimentos agropecuários, Quantidade produzida de leite de vaca, Valor da produção de leite de vaca, Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite de vaca cru, Quantidade vendida de leite de vaca cru e Valor da venda de leite de vaca cru, por tipologia, condição do produtor em relação às terras e grupos de cabeças de bovinos. 2019n.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6912> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6955**: Produção, Valor da produção, Venda, Valor da venda, Colheita, Área plantada e Efetivos das plantações da lavoura permanente nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da lavoura permanente, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica. 2019o.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6955> Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Tabela 6957**: Produção, Valor da produção, Venda, Valor da venda e Área colhida da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da lavoura temporária, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica. 2019p. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6957> Acesso em: 9 abr. 2024.

LOURENÇO, A. V.; SCHNEIDER, S. Características da agricultura orgânica no Sul do Brasil: evidências a partir do censo agropecuário 2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, n. ed. esp. Dossie, p. 165–190, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3926> Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3926> . Acesso em: 23 abr. 2024.

MARQUES, V. P. M. de A.; CRUZ, F. T. da. Processamento de alimentos pela agricultura familiar no Rio Grande do Sul pelas lentes do censo agropecuário 2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, n. ed. esp. Dossie, p. 239–264, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3890> Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3890> . Acesso em: 23 abr. 2024.

MONTEIRO, R.; MUJICA, F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. spe, p. e235637, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.235637>

MOURA, J. E. A.; CAMPOS, . K. C. Competitividade da agricultura familiar no sul brasileiro. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, n. ed. esp. Dossie, p. 191–216, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3820> . Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3820> . Acesso em: 23 abr. 2024.

PIRAN, N. **AGRICULTURA familiar**: lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim: EdiFAPES, 2001.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. Porto Alegre/São Paulo: Ed. UFRGS/UNESP, 2016.

SBRUZZI, X, M. **Localização geográfica dos municípios que fazem parte da Microrregião de Erechim**. Erechim, 1 mapa, 1600 x 1131mm. Escala 0:10 km, 2024.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 11-33, 10 set. 2016.

DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.8390>

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *In*: DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SEMINOTTI, J. J. **A dinâmica sociopolítica na agricultura familiar: os agricultores familiares e a representação política do SUTRAF no Alto Uruguai gaúcho**. UFP: Universidade de Passo Fundo Editora, 2014.

SILVA, A. da; GAZOLLA, M.; OLIVEIRA, N. S. M. N. de. A agricultura familiar nos dados do censo agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu “tamanho” e perfil entre os três estados do sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, n. ed.esp.Dossie, p. 7–37, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3904> Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3904>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2002.

SILVA, J. G. da; GROSSI, M. E. D. **O Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Iapar, 2002.

ZANELLA, A. **A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho, 1937-2003**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

ZANELLA, A. **A agricultura familiar no norte do Rio Grande do Sul-Região da AMAU (1950-2021): potencialidades e limites de seu desenvolvimento sustentável**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

ZANELLA, A.; ROCHA, H. J da. A previdência social e o desenvolvimento humano: o caso do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul-1988-2018. **Revista Grifos**, v. 29, n. 50, p. 30-51, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v29i50.5147>

Recebido em 23/04/2024.

Aceito para publicação em 06/08/2024.